



Memória e cidade: o processo de preservação do patrimônio histórico edificado em Caxias do Sul: 1974-1994




Memory and the city: the process of preserving the cultural heritage in Caxias do Sul: 1974-1994

Marcelo Caon*

Resumo: Em decorrência das alterações ocorridas do projeto moderno, as cidades foram o resultado das projeções do ser humano na busca da realização de suas potencialidades. Entretanto, dentro da descoberta dos limites desse projeto, os movimentos preservacionistas criaram-se, primeiramente, na busca da identificação nacional e, mais tarde, na salvaguarda da memória como fator de oposição diante da aceleração hipermoderna do último quartel do século XX. Em um primeiro momento, este trabalho dedica-se a analisar a construção da cidade e a memória diante do projeto moderno, que fragmenta a confiança dos seres humanos em um futuro afortunado. Por fim, particulariza-se, enfocando ao caso de Caxias do Sul como um exemplo de resistência da memória ante as alterações econômicas e culturais no fim do século XX, potencializadas a partir do processo de globalização. O presente trabalho, ao estudar a preservação do patrimônio edificado em Caxias do Sul, de 1974 a

Abstract: Result of the alterations of the modern project, the cities have been a product of the projections of the human being in the pursuit of the realization of his potentiality. However, within the discovery of the limits of this project, the preservation movements were primarily created in the pursuit of national identification and later on, in the protection of memory as an opposing factor against the hyper modern acceleration of the last quarter of the 20th century. Firstly, this work is dedicated to the analysis of the construction of the city and the memory versus the modern project that disintegrates the trust of human beings in a successful future. Lastly, the case of Caxias do Sul is detailed as an example of memory resistance against the economic and cultural alterations of the end of the 20th century made possible through the globalization process. The present work presents the preservation of the patrimony built in Caxias do Sul, from 1974 to 1994, and

* Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). *E-mail:* marcelo.caon1@gmail.com




1994, examina os primeiros movimentos sobre o tema, bem como os respectivos debates nas intervenções locais.


examines the first activity on the subject as well as the respective debates in the local interventions.

Palavras-chave: Cidade. Memória. Patrimônio Histórico.

Keywords: City. Memory. Historical Heritage.



No Brasil, a partir da década de 70 (séc. XX), os objetivos relativos à preservação patrimonial foram ampliados implicando a atribuição de valor à diversidade e o aumento dos bens materiais e imateriais. Com o auxílio da nova legislação nacional e internacional, com a criação de conselhos e a reorientação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), diversos grupos de intelectuais passaram a inventariar e a promover a preservação das edificações. Era necessário agilidade, uma vez que, diante da veloz expansão urbana e da verticalização da cidade, constatou-se a apropriação do solo por segmentos privatistas preocupados com a especulação imobiliária em detrimento dos lugares simbólicos da memória coletiva, o que gerava um esvaziamento das espacialidades, dos pertencimentos e uma ressignificação das paisagens. O caso do patrimônio da cidade de Caxias do Sul está circunscrito nesse movimento. Por meio da Universidade de Caxias do Sul (UCS), do Museu Municipal, do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami e da Secretaria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – RS, surge um grupo de intelectuais preocupados com a descaracterização da fisionomia da cidade.



Até pouco tempo atrás, o Patrimônio Histórico, desde a esfera local até a mundial, não era visto como um objeto a ser explorado pelo cidadão salvo os monumentos que constituíssem o patrimônio nacional de cada país. Muitas vezes, as edificações representavam apenas a evocação de uma memória coletiva dentro de uma esfera de valor simbólico, a qual estava relacionada às mentalidades, ideologias e à consciência do mundo social. A expansão do sistema capitalista, da modernização técnica e a consequente industrialização deram ao urbanismo o controle, a disciplina da sociedade e, ao patrimônio edificado, o destino de destruição, já que apenas desvalorizava a propriedade imobiliária e inibia o processo de ocupação do solo e da verticalização das construções.



Diante desse panorama, a cidade cresceu de forma assustadora, e seu processo de *destruição construtiva* transformou as formas de resistência diante do futuro incerto das últimas décadas. O patrimônio já evocado como uma forma de resistência ou permanência da identidade do homem, fonte de um projeto de sociedade mais acolhedora, ganhou importância em diversas cidades do mundo, sendo que grupos se ampliaram com o objetivo de protegê-lo. No último século, os organismos de espectro mundial influenciaram diversos movimentos urbanos e rediscutiram conceitos, políticas e objetos culturais a serem preservados.

As metrópoles ou as cidades de influente poder econômico vêm passando por mudanças importantes, que, associadas ao processo de globalização e alteração da divisão social do trabalho, colocam a memória dessas cidades em risco, o que acaba por abrir debate referente ao conjunto de políticas a ser empregado. De um lado, o processo de globalização promove a formação e a reorientação de fluxos econômicos no sistema capitalista mundial e a rearticulação das escalas do território, o que aumenta a importância dos fluxos econômicos transnacionais e a formação de blocos comerciais. De outro, a vida nas cidades não absorve as alterações da dinâmica do trabalho e da divisão territorial e exportam do terreno urbano tradicional as indústrias e ampliam a região urbana o que, por consequência, diminui o solo ambiental e destrói muitos elementos.

No caso brasileiro, durante a maior parte do século XX, determinados conjuntos arquitetônicos de origem luso-brasileira serviram para a construção da identidade nacional. No entanto, a ampliação de conceitos no campo da preservação, implicou a diferença e a ampliação de outros bens, que se tornaram patrimônio.

O percurso histórico dos grupos preservacionistas de Caxias do Sul processou-se pelo desejo de conservar os elementos culturais sem uma preocupação direta com legislação específica. Sua prática foi resultado das ações, que se baseavam em subsídios vindos de outras regiões do País e do contato entre Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e Iphan. Após a implantação de instrumentos legais para preservação do patrimônio edificado, a postura preservacionista ganhou força, embora fosse necessário criar uma consciência coletiva na comunidade, pois a lei não era suficiente para garantir a permanência da herança edificada. Se os homens,¹ munidos de valores

contemporâneos, agem sobre determinadas circunstâncias, a aplicabilidade da lei teria que receber o aval da comunidade.

Por conseguinte, a preservação de Caxias do Sul nunca foi um debate pacífico e contínuo, visto que representou determinada clivagem de valores em diferentes momentos de sua história. Pode-se dividir a trajetória da preservação em três partes: a primeira etapa conceitua o Poder Público local como agente da afirmação do mito do colono desbravador, herói que obteve sucesso econômico. O Centenário da Imigração Italiana (1975) foi um marco desse constructo, já que, de um lado, surgiram inúmeras pesquisas sobre o tema; por outro, existem inúmeras operações que, sem responsabilidade científica, servem apenas para considerar o caráter econômico local sobre o mito. A preservação da Casa de Pedra foi realizada sem a existência de legislação de tombamento, o que, portanto, faz crer que a vontade política foi suficiente para a efetivação.

A preservação foi importante mesmo que tenha acontecido de maneira apressada e inconstante, uma vez que o Museu Municipal não tinha objetos suficientes para seu acervo, solicitando a participação da comunidade. A publicação do álbum do centenário apresenta mensagens ligadas ao poder e não oferece estudos mais profundos sobre a imigração. Ademais, uma parte dos documentos históricos – que estava no antigo Centro Administrativo – foi destruída e furtada, processo revertido pelo Poder Público e por parte da comunidade de maneira parcial, segundo testemunhas que participaram do referido episódio.

Além da conservação da Casa de Pedra e a inauguração do Museu Municipal, houve a construção de um simulacro das antigas edificações coloniais no novo Parque de Exposições da Festa Nacional da Uva, necessárias para a contemplação do olhar do visitante. Complementava esse cenário o Monumento Nacional ao Imigrante que, embora tenha sido inaugurado na década de 50 (séc. XX), permanecia na rota turística exaltando o trabalho do colono. Posteriormente, entrou em debate seu tombamento e a reforma por contatos diretos entre o Poder Político local e a Secretaria da Presidência da República.

A segunda etapa constrói-se nos anos seguintes após o centenário e durante a década de 80 do mesmo século. As pesquisas iniciadas anteriormente ganham peso e estabelecem outro modelo de preservação, que inclui elementos culturais. Sob outra perspectiva, uma série de agentes da UCS, junto com o grupo do Museu Municipal e do Iphan, criou e organizou inventários, conselhos, fóruns e debates regionais



permanentes, que geraram em uma parcela significativa da comunidade, certa consciência preservacionista. Nesse contexto, o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico de Caxias do Sul surgiu como fruto da luta pela preservação do “antigo prédio Carbone”, e foram ampliadas a outras edificações como a Cantina Antunes, sugerindo propostas culturais atrativas. Outro fato que corrobora a tendência de apropriação do espaço urbano construído foi a identificação, o cadastramento e a criação de um inventário dos bens edificados da cidade, levando em conta sua capacidade de acionar a memória coletiva local. Embora algumas edificações tenham sido apagadas, outras se mantiveram e se tornaram, mais tarde, referência de vida cultural na região. A participação do Iphan nesse processo foi relevante, uma vez que esse deu a atenção solicitada na composição dos pareceres técnicos, jurídicos e, por meio dos convênios, foi financiada parte das produções do museu que serviu para ampliar a consciência coletiva local. Todo esse trabalho realizado formou uma rede que incluía a Sociedade de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Química de Caxias do Sul (SEAAQ), e o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), o Elementos culturais das antigas Colônias Italianas no Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS), a UCS e outras organizações, que buscaram ampliar os estudos e a conservação dos vestígios locais.

Foi na terceira etapa, compreendida do fim dos anos 80 (séc. XX) ao início dos 90 (séc. XX), que esses grupos sofreram uma grande decepção. No *turbilhão de mudanças*, houve uma rápida transformação das cidades, a qual influenciou parte da população com as experiências da indústria de massa, a televisão, o cinema, a moda, as tecnologias diversas e os grandes centros comerciais, que realizam a utopia do preenchimento, do viver o que é possível, influenciando sua resistência quanto às edificações como representações de grupos aos quais pertenciam.




A constante luta pela preservação do Cine-Teatro Ópera é caracterizada como sendo o fim de um ciclo preservacionista só retomado com a mudança de políticas culturais em 1997. O início dos anos 90 (séc. XX), foi chamado de “período perdido” sendo o Cine-Teatro o símbolo desse período, durante qual o Poder Público pouco realizou a respeito da preservação do patrimônio edificado na cidade. Não obstante, munido de legislação e de grande consciência preservacionista, a especulação imobiliária e questões relativas à propriedade privada foram suficientes para que, ao contrário de 1974, o Poder Público silenciasse.





No campo do patrimônio, apresenta-se a luta do esquecimento contra o poder de apropriação capitalista do espaço. Os investimentos daquela década priorizavam o retorno econômico e os símbolos permitidos, fossem eles cópias ou originais, só poderiam persistir se estivessem ligados à imagem institucionalizada do imigrante empreendedor que obteve sucesso, como é o caso de alguns modelos familiares usados apenas como exemplos “para o bem”. Quanto aos simulacros criados ainda em 1974, no famoso “Pavilhão da Festa da Uva”, os usos e as cenas continuaram a ser interpretados a partir dos *shows* pirotécnicos de luzes e sons, produzidos para que os passantes apreciassem e consumissem, enquanto os “elefantes brancos” da região central da cidade, que, por vezes, representam a falência econômica dos herdeiros locais, foram sendo destruídos, vendidos ou abandonados à própria sorte.

Por fim, relacionando esses acontecimentos à esfera nacional e ao panorama internacional, pode-se concluir que a preservação do patrimônio histórico edificado no Brasil, na maior parte do tempo, esteve ligada à salvaguarda de componentes de valor artístico ou histórico. O anteprojeto de Mário de Andrade dava conta da apreciação de todo o universo cultural como parte da formação da Nação brasileira. Entretanto, com a normatização da atividade preservacionista, a partir do Decreto Presidencial 25, de 30 de novembro de 1937, a ação de tombamentos vinculou-se à construção da identidade nacional sobre os elementos da arquitetura luso-brasileira. As intervenções no Rio Grande do Sul tinham esse caráter, o que explica a desatenção com os elementos da arquitetura das imigrações europeias do século XIX. A partir do fim do século XX, paulatinamente, os elementos das culturas regionais passaram a fazer parte da esfera de preservação. O Iphan reorientou sua ação em busca de vestígios de diferentes etnias, de culturas, que formaram a identidade do Brasil.

Portanto, na tentativa de responder às questões que nortearam este trabalho foi possível, após a análise da documentação existente, notar que o Iphan teve relação com o tema na região. Primeiramente, sua participação esteve diretamente associada à preservação das casas de Antônio Prado, por se tratar de elementos característicos do período de imigração italiana na Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Quanto à cidade de Caxias do Sul, o processo desenvolveu-se de maneira diferente. A cidade não dispunha de nenhum conjunto arquitetônico daquele período, comprovando que, por um lado, a industrialização e a organização da economia local foram relevantes para



a transformação cotidiana e intensa da urbe, visto que as edificações deveriam oferecer uma imagem moderna de cidade, fosse aos seus ou àqueles que transitavam por ela. De outro lado, devido à sua intensa modificação, a cidade não contava com elementos originais de seu núcleo primitivo a ser preservado pelo Iphan, embora ainda restassem inúmeras edificações de importância cultural e que poderiam ser objeto de preservação de órgãos regionais, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae) ou locais como o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural (Comphac).



Contudo, se não pelo ato preservacionista, o Iphan teve estrito contato, a partir de seus profissionais, com os gestores do Museu e do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami de Caxias do Sul durante as décadas de 70, 80 e 90 do séc. passado. A partir desse contato, foi possível realizar diversas consultas de suporte intelectual e jurídicas com fins de efetivação de práticas preservacionistas, além de inúmeros convênios firmados, que dedicaram parte dos recursos financeiros do Fundo Pró-Memória-Iphan na confecção de material e no patrocínio de congressos e encontros sobre o tema. O apoio do Iphan foi fundamental à construção de um discurso preservacionista local, e como auxílio na inventariação de diversas edificações regionais como é o caso dos exemplos mencionados neste trabalho. No que se refere à própria legislação de preservação, inaugurada com a criação do Comphac, o instituto teve papel na sua caracterização, afinal, a própria política do órgão, na década de 80 do séc. XX, era de abarcar elementos culturais de outras localidades na formação da identidade brasileira. Assim, a base de leis, para a proteção das edificações de cunho cultural, estava pronta em Caxias do Sul. No entanto, um dos constantes pontos apresentados na preservação das edificações escolhidas para este trabalho demonstra os valores da sociedade, presentes em cada momento de sua trajetória e definem o que é passível de ser preservado como patrimônio cultural. Os valores desse período estão consagrados sob o regime da propriedade privada, do presentismo e do consumo em larga escala, sendo o tombamento uma ameaça à perda desse direito. Durante os debates sobre a preservação, constantemente, se observaram diversas dicotomias: entre interesses públicos e privados; na aplicação de verbas entre cultura ou habitação popular; na visão de mundo a partir da preservação da memória *versus* a construção de um mundo vertical, fetichista, com formas mercadológicas; e no duelo entre o patrimônio cultural coletivo e a propriedade privada individual.



Nesse sentido, foi por meio desse debate que o Poder Público eximiu-se, nas décadas de 80 e 90 do séc. recém-findo, ora pela carência de uma política cultural, ora servindo a propósitos privados. Ainda que existissem inúmeras propostas de reutilização de edificações como *locus* cultural, a questão da manutenção pelo Poder Público, em caso de tombamento, era vista como desperdício do dinheiro público. Torna-se nítida a incúria pública com questões que cercaram a área cultural, essa confirmada, dentre tantos dados, pelo fato de que até 1994 só uma edificação havia sido tombada em Caxias do Sul, mesmo havendo legislação preservacionista respaldada pelo Iphan desde 1982. Foram propostas diferentes possibilidades de utilização das edificações pelos grupos preservacionistas. Esses grupos organizaram-se a partir de núcleos da UCS, do Ecirs e do curso de História, além do Museu Municipal e do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Partiram da possibilidade de preservar a cidade ou parte dela como vestígios que serviriam a estudos posteriores de momentos distintos da história de Caxias do Sul. Conquanto o argumento inicial fosse relativo ao Centenário da Imigração Italiana, ao fortalecimento do mito, ele se transformou na medida em que informações do Conselho de Preservação da Cidade de São Paulo e os contatos com o Iphan ajustaram suas ações, que se ampliaram, atingindo sobre outros bens de espectro cultural.

Quanto aos intelectuais que participaram dessa aliança, após a destruição do Cine-Teatro Ópera, muitos se afastaram das direções que tratavam do patrimônio, retornando ao debate em 1997 com as mudanças havidas na política local, que voltara a incentivar tombamentos. É possível concluir que, nos discursos sobre o tema, apresentaram-se valores semelhantes à crítica da modernidade pela vertente romântica oferecida no século XIX. Em sua clara oposição à modernização industrial, que destruía certas referências de uma memória coletiva, alguns evidenciaram as etapas da modernidade capitalista e indicaram a desagregação social manifestada em termos de espaço com o desenraizamento das populações. Essas proposições eram semelhantes às de alguns autores europeus românticos, pois que se utilizavam da memória de um universo comunitário, regido por valores qualitativos, como base da sua argumentação. Quanto mais a modernidade progredia e desenvolvia sua lógica, mais suscitava a reação, por vezes apaixonada, desses grupos, que buscavam, assim como William Morris, um paradigma social que pudesse representar uma sociedade diferente. Entretanto, cabe certo resguardo quanto ao discurso nostálgico, pois esse pode tomar o



passado como sendo puramente mítico. Ao celebrar os “bons tempos”, muitas vezes, silenciou-se sobre o passado; em outras, houve a sua inclusão na celebração, de forma que não aparecessem aspectos penosos para a comunidade: a submissão da mulher ao homem, a miséria, o esquecimento de outras culturas, o preconceito.

Foi possível, ainda, observar com relação ao sentimento de pertencimento da população em relação ao patrimônio edificado, como parte da memória local, que nem sempre esse se apresentou de forma uníssona, pois se a cidade é um complexo fenômeno em contínua transformação, seus habitantes também estão abertos às mesmas mutações. No entanto, a consciência preservacionista foi uma elaboração lenta, iniciada na década de 70 do séc. passado e que ganhou proporções maiores com a destruição de edificações de valor cultural na década de 90 do mesmo século, que fora sentido nos anos seguintes em uma cidade com reduzidos vestígios de sua história no século XX. Desse modo, o assentimento da população, de políticos e jornalistas ampliou-se e ganhou contorno maior nos anos 2000, já que, dificilmente, alguma edificação pode sofrer intervenção sem amplo debate público. Esse processo despertou a memória coletiva local, menos preocupada na afirmação do mito local e mais dedicada a uma sociedade futura com referências locais como garantia de identidade.

Contudo, faz-se necessário apontar dois aspectos que, embora não se constituam no escopo desta pesquisa, não deixam de estar relacionados a ela: dois inventários de Patrimônio Histórico Edificado. O primeiro, concluído em 2007 pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Caxias do Sul e o Ecirs, ambos da UCS exibem mais de uma centena de construções originais existentes na região rural de Caxias do Sul. Foram produzidos com vistas à sua preservação, pois se encontram em situação de risco. Outro aspecto diz respeito ao inventário de edificações urbanas, organizado no fim de 1990. Algumas edificações estão em precário estado de conservação, enquanto outras passam por um processo de *revitalização* que descaracteriza e apazigua seu cenário, transformando-as em locais de comércio, casas noturnas e em *locus* de turismo que, em última análise, são enquadradas na indústria cultural.

Diante desses dois documentos, é possível observar aspectos abordados anteriormente e que podem se repetir em edificações de ambos os documentos. A metamorfose veloz da contemporaneidade recompôs a ação preservacionista com nítidos objetivos do mundo da produção. Tendo em vista que a base econômica modifica-se mais rapidamente



que as condições de produção, alterações nos setores de cultura, já em atividade na Europa e em determinadas regiões do Brasil, apresentam-se no segmento *patrimônio da cidade* em ritmo acelerado.

Um novo debate se abre ao observar que diversas edificações inventariadas começaram a ser produzidas em meados da década de 90 do séc. passado. Os motivos, pelos quais o patrimônio cultural edificado passa a se tornar um projeto de políticas mais arrojadas nos últimos anos, devem ser apurados com um olhar mais crítico, visto que a obstinação da preservação do patrimônio em escala mundial, nos últimos anos reorganizou sua ação de forma a se enquadrar no mercado consumidor.

Esse desenvolvimento acontece no conjunto da relação entre cultura e mundo da produção. No caso da regulação da produção e do uso do ambiente construído, o patrimônio cultural edificado torna-se objeto de intervenção desses projetos, como é o caso europeu. Entretanto, esses aspectos não se apresentam de forma contínua e semelhante em diferentes cidades do mundo, já que os discursos referentes à preservação remetem a determinados valores localizados e, portanto, nem sempre homogêneos, seja eles dos Poderes Públicos, sejam eles privados.

O aumento da demanda por bens e serviços associados à cultura e ao lazer decorreu não só do aumento do grau de escolaridade da população, mas também do acelerado desenvolvimento alcançado tanto pelo meio da reprodutibilidade quanto das obras artístico-culturais.² Essas transformações possibilitaram a produção de mercadorias de valor artístico em grande escala, o que desenvolveu a indústria cultural de massa e das grandes empresas de comunicação, que difundem e banalizam o consumo de bens e serviços culturais. A inovação causada pelo desenvolvimento tecnológico foi acompanhada de alterações na moda, no *design*, na propaganda, no cinema que, cada vez mais relevantes na economia contemporânea, tornou o lazer atividades turísticas de grande escala.

A inovação cultural e a produção de bens e serviços de caráter artístico ganharam espaço e destaque na economia capitalista, o que determinou um novo lugar do patrimônio nos processos e as atividades econômicas, afinal, para a expressão da produção cultural, é necessária a oferta de um repertório simbólico dinâmico, que tenha interação com o ambiente. A sinergia entre capital e sistema cultural acaba gerindo a renovação da preservação das referências, que alimentam também o *ethos* local.³ É preciso considerar que o patrimônio tem um repertório




de estruturas simbólicas, o qual alimenta a dinâmica cultural contemporânea.

Se esse tipo de inserção é uma forma de controle dos grupos a partir da simbologia que força mitos e determinados acontecimentos em detrimento de outros, é algo que merece uma investigação mais minuciosa, embora já se possa afirmar que esse repleto mundo simbólico, do qual o patrimônio faz parte, insere, nas comunidades, memórias, conceitos e estima alheias a elas.

Quando não se pode evitar a destruição do patrimônio das cidades, muitos grupos contrários à preservação rearticulam suas posições com o objetivo de reificá-los a partir do seu potencial econômico. O próprio conceito de revitalização impõe à preservação sua metamorfose contemporânea, uma vez que seu caráter se identifica com à utilização dos espaços para o exercício de atividades com fins comerciais, o que transforma a cultura local em cidade-mercadoria, valorizando artificialmente o solo urbano. Esse conceito de revitalização vai em sentido oposto ao da preservação do documento e, ao invés de utilizá-lo como objeto elucidativo das memórias, das práticas sociais e das desventuras da expansão urbana em determinados períodos, ganha uma nova significação que gera uma demanda de serviços e de lazer e imputa valores a determinados grupos. Nesse sentido, garantindo a acomodação diante da espetacularização hipermoderna, representa um repertório simbólico, que atua sobre a dinâmica social do conjunto de habitantes e a dinamização do mercado imobiliário.

Por conseguinte, essa deve ser analisada com mais atenção. Mesmo que a preservação não esteja ligada a uma grande indústria do entretenimento, acaba fazendo parte do seu reconhecimento como alternativa de valorização imobiliária e de áreas de lazer o que pode gerar efeito contrário à preservação da memória, enquanto as edificações da zona rural estão na lista da “irrelevância preservacionista”, já que esses locais são alvo de novos condomínios residenciais, que se tornaram moda nos últimos anos. O processo seletivo ainda permanece uma escolha de setores intelectuais e políticos, sem que, muitas vezes, se identifiquem as construções de diferentes grupos sociais e em diferentes momentos históricos.⁴ A descaracterização pela “revitalização” associada à cultura de massa, pela lógica de consumo nas atividades de entretenimento e de turismo nos centros históricos e as reivindicações preservacionistas vão de encontro aos interesses de determinados grupos, de empresários e de governos, que estão motivados pelo potencial de várias áreas para o



desenvolvimento de atividades de lazer, de turismo e de comércio. Isso deve ser um novo enfoque que precisa ser dado a pesquisas sobre esse campo, para que não passem despercebidas as contradições urbanas. Afinal, o patrimônio não é neutro.



Notas

¹ A palavra “homem” está sendo utilizada como “ser humano”.

² BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 165.

³ LINCH, Kevin. *A imagem das cidades*. São Paulo: M. Fontes, 2005. p. 12-17.

⁴ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 132.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *A modernidade líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Edunesp, 2001.
- COLETÂNEA DE LEIS SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro: Iphan, 2006.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc; Iphan, 2005.
- FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: M. Fontes, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Edunesp, 1991.
- HABERMAS, Um projeto inacabado. In: ARANTES, O.; ARANTES, Paulo. *Um ponto cego do projeto moderno de Jürgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 62-93.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1996.
- IPHAN > INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Revista do Patrimônio-Cidades. Rio de Janeiro: Iphan, n. 23, 1994.
- LIPOVESTKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- LÖVY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MACHADO, Maria C. Abel. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: M. Fontes, 2008.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- ROLMIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- RUSKIN, J. *As sete lâmpadas da memória*. Cotia: Ateliê, 2008.
- RYKWERT, Joseph. *A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. São Paulo: Loyola, 2004.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

Recebido em 29 de junho de 2006 e aprovado em 25 de agosto de 2010.